



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU  
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

## ATA DE REUNIÃO

### 3ª Reunião Ordinária

### Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus

#### 1. Identificação da reunião:

Data	Horário de Início	Local	Comarca
14/08/2017	09 horas	Auditório Alcides Carneiro	João Pessoa

MEMBROS PRESENTES		CARGO
1	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO	MAGISTRADO
2	BENEDITO VENÂNCIO DA F. JÚNIOR	SERVIDOR
3	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	MAGISTRADO
4	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	SERVIDOR
5	FABIO BRITO DE FARIA	MAGISTRADO
6	FABIO JOSE DE LIMA CHAGAS IRMÃO	SERVIDOR
7	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	SERVIDOR
8	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	MAGISTRADO
9	HIGOR RODRIGUES LEAL	SERVIDOR
10	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	SERVIDOR
11	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	SERVIDOR
12	MARCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	DESEMBARGADOR
13	PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO RANGEL	MAGISTRADO
14	PERILO RODRIGUES DE LUCENA	MAGISTRADO
15	RODRIGO MARQUES SILVA LIMA	MAGISTRADO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU  
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

## 2. Pauta

### Abertura

### Execução Orçamentária

### Fórum Orçamentário 2017

### Plano de ação para PLOA 2018

### Encerramento

## 3. Debates

**3.1.** Tony, Diretor de Gestão Estratégica, iniciou os trabalhos e apresentou a pauta de reunião. Disse também que a ausência do Des. Carlos Beltrão deve-se à realização de exames médicos.

**3.2.** Gisele, Diretora de Economia e Finanças, iniciou a exposição da execução orçamentária informando que o repasse mensal do duodécimo está, atualmente, no valor de 49,7 milhões. Contudo o custo da folha de pessoal está cerca de 56 milhões. Para fechar a conta, recorreu-se aos recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário, que possui um superávit de 18 (dezoito) milhões. Ela tomou a liberdade de fazer uma reserva financeira com este superávit. Em seguida, Erivalda, Gerente de Programação Orçamentária, apresentou a execução orçamentária de janeiro a julho de 2017. Informou que, até abril, o repasse do duodécimo era da ordem de 49,4 (quarenta e nove, quatro) milhões e que, desde maio, elevou-se para 49,7 (quarenta e nove, setecentos) milhões. Porém, mesmo assim, disse que há déficit de 14 milhões todo mês. Esses valores já incluem despesas com custeio e pessoal. Ronald, Gerente de Finanças e Contabilidade, comentou que não houve queda de receita, mas que o Governo do Estado da Paraíba diminuiu o duodécimo do judiciário em 14 (catorze) milhões ao mês. Por conta disso, foi necessário recorrer ao fundo. Dr.º Fábio Brito entrevistou na exposição da diretoria e apresentou dois questionamentos: há alguma ideia do quanto está se perdendo de recursos oriundos da justiça gratuita? Como está o nível de arrecadação do tribunal em relação aos outros do mesmo porte? Ronald respondeu que quanto à evasão de recursos da justiça gratuita não há um estudo e, quanto à arrecadação, o tribunal tem arrecadado de forma equivalente aos outros tribunais de mesmo porte. Dr.º Perilo perguntou se havia algum projeto que estimulasse os juízes a cobrar mais ou, caso negativo, que se criasse algum mecanismo para este fim. Disse também que fossem enviados os custos das comarcas a cada diretor de fórum. Ronald respondeu que a gerência extrajudicial da Corregedoria fará um levantamento e repassará para o Corregedor. Dr.º Fábio Brito achou ótima a ideia de Dr.º Perilo quanto ao envio mensal dos custos (água e energia, por exemplo) às comarcas. Des. Márcio Murilo disse que existe uma cultura do *permissionismo* no judiciário paraibano a respeito da concessão de gratuidade judiciária. Falou que a mentalidade dos magistrados precisa mudar e recomendou a necessidade dos juízes cobrarem o que é devido ao Estado, mesmo que seja um valor menor, mas que se pague. Disse também que a Paraíba tem a fama de ser o Estado que cobra mais o que é devido, sendo necessário checar como estão os valores das custas nos outros membros estatais, para, a partir daí, copiar o que é bom. Para mudar a cultura, recomendou que os magistrados fizessem cursos na Escola Superior da Magistratura (ESMA) e que a Corregedoria emitisse uma recomendação para melhor instruí-los. Após essas medidas, seria possível medir quem está na média e tentar melhorar quem não estivesse. Em seguida, Gisele informou que a diretoria administrativa não tinha controle da demanda contratada (energia, telefonia e correios) para saber o quanto se estava realmente gastando. Citou o exemplo de pessoas enviando documentos por Correios, como AR's, ao invés de usar o malote digital.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU  
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

Disse que era também uma questão de conscientização. Drº Perilo perguntou se as despesas com correios diminuíram após adoção do malote digital. Comentou que com medidas simples conseguiu reduzir em 30% os gastos com água e energia no tempo em que era diretor do fórum de Sousa. Drº Gilberto lembrou que o tribunal possui duas fontes de receita: o Fundo Especial e o Duodécimo. Destas, apenas a primeira poderia conseguir algum progresso, pois quanto à segunda o Governo do Estado já sinalizou que dificilmente irá incrementar o que atualmente está sendo repassado. Disse que um aumento nos valores das custas iria repercutir negativamente na sociedade e que esse não era o momento. Citando um estudo de Drº Anderley, informou que 92% das custas judiciais eram oriundas de justiça gratuita. Drº Alexandre Targino disse que o governador diminuiu o repasse do duodécimo e que um mandado de segurança fora impetrado pelo tribunal mas tinha sido negado. Portanto, essa situação do duodécimo não vai mudar, caindo na questão do incremento da arrecadação do Fundo Especial. Falou que era preciso trazer dados de economia, tais como dos correios, para a próxima reunião. Citou o caso do LexMagister que era um programa de busca de jurisprudências que teve seu contrato renovado recentemente, mas que não era mais utilizado pelos juizes como anteriormente já fora. Quanto à questão de economias com sistemas, Gisele informou que somente na primeira semana de implantação do ADMEletrônico foram cadastrados 3.349 (três mil trezentos e quarenta e nove) processos e isso representou uma economia de 40 (quarenta) mil folhas que deixaram de ser impressas. Falou que a sua diretoria vem buscando uma forma de isenção do pagamento de ICMS das contas de energia e telefonia, o que vai gerar uma economia de 400 (quatrocentos) mil reais por mês. Informou também que foi detectado um consumo de 23 (vinte e três) m<sup>3</sup> de água no prédio sede do tribunal e que, após um conserto feito por uma equipe do próprio órgão, a medição de consumo caiu para 3 (três) m<sup>3</sup>. Des. Márcio Murilo falou da importância de saber as médias de consumo e de usar aplicativos de gestão como *Redmine* e *BI* para melhor controle dos gastos. Drº Diego disse que achava a mentalidade do tribunal muito fechada e comparou com o judiciário do Distrito Federal há alguns anos atrás. Falou que com a chegada dos juizes substitutos a mentalidade de concessão da gratuidade das custas judiciais foi mudando até que, após três anos, poder modificar a jurisprudência daquele tribunal. Segundo ele, hoje a regra no TJDF é de não concessão da gratuidade e que a média de concessões é de apenas 10%. Drº Rodrigo Marques reafirmou que há no judiciário paraibano uma verdadeira cultura do deferimento de custas judiciais gratuitas e que mudar o mecanismo institucional seria fácil, mas mudar a mentalidade seria difícil. Disse que era preciso convencer os magistrados e que para isso devia-se utilizar jurisprudências, doutrinas e outros meios como cursos da ESMA e recomendações da Corregedoria. Falou também que há um componente político muito forte na questão do duodécimo e que a saída seria buscar uma solução judicial mesmo, citando que a harmonia entre poderes não pode ser confundida com submissão. O Sr. Benedito comentou que os o Sindicato dos Oficiais de Justiça (SINDOJUS) fez uma pesquisa para avaliar as perdas geradas com custas gratuitas. Drº Perilo reafirmou a questão do envio mensal dos custos para cada diretor de fórum das comarcas e recommento para que se fizesse a estimativa de custas em cada processo. Após essas intervenções, Erivalda continuou sua explanação falando desta vez sobre o desempenho econômico-financeiro do Tesouro e do Fundo Especial detalhando o consumo, mês a mês, no período referente ao primeiro semestre do ano corrente. Disse que enviaria a planilha por *e-mail* a todos os membros do comitê. Explicou que o saldo orçamentário é diferente do saldo financeiro e que o tribunal irá terminar o ano com sobras orçamentárias, mas com *déficit* no financeiro. Em seguida, Carol, Gerente de Projetos, apresentou o relatório de dados colhidos nas plenárias e na consulta pública referentes ao Fórum Orçamentário de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU  
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

**3.3.** Tony deu continuidade à pauta da reunião apresentando o Plano de Ação para o planejamento da proposta do tribunal para a Lei Orçamentária Anual de 2018. Convidou o comitê para enviar um de seus membros para acompanhar as reuniões setoriais para elaboração da mencionada proposta. Disse que o piso orçamentário deste ano será o teto do ano que vem e que o tribunal tem que enviar seu orçamento em até dois meses. Des. Márcio Murilo lembrou a questão do conflito entre demandas deste comitê e do Comitê de Priorização do 1º Grau. Soliciitou para comparar os gastos com servidores e comissionados. O Sr. Fábio José disse que fez um levantamento junto aos servidores e citou, a título de exemplo, o gasto com nomeações ao cargo de assessor de 1º grau onde a nomeação de servidor efetivo no lugar de um comissionado geraria uma economia poderia representar uma economia aos cofres do órgão da ordem de dois mil e duzentos reais por servidor. Citou que existem 103 (cento e três) cargos e que se fossem nomeados somente servidores efetivos então representaria uma economia de 3 (três) milhões de reais, só nesse cargo.

**3.4.** Tony trouxe os encaminhamentos finais para a próxima reunião. Drº Perilo mais uma vez lembrou a questão do envio das contas para cada fórum e perguntou se seria possível que o PJE realizasse o cálculo de custas diretamente no sistema. Tony informou que dia 11 (onze) de Setembro é o prazo final de envio prazo final para envio da proposta orçamentária do judiciário para a Assembleia Legislativa. Por conta disso, alguns membros do comitê sugeriram antecipar a data da próxima reunião para o dia 04 (quatro) de Setembro. Todos concordaram pela antecipação e Tony encerrou os trabalhos.

#### 4. Decisões/Deliberações

SOLICITANTE	DESCRIÇÃO	STATUS
DIGES	Data da próxima reunião remarçada para quatro de setembro	APROVADO
Drº Perilo	Sugestão de envio mensal de despesas às comarcas	APROVADO





COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU  
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 14/08/2017 - 09h às 11h  
LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		CARGO	CATEGORIA	ASSINATURA	
1	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	DESEMBARGADOR	COORDENADOR		
1º GRAU	2	ADHEMAR DE PAULA LEITE FERREIRA NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
	3	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO	TITULAR	ELEIÇÃO	
	4	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE	ASSTJE	
	5	ANTONIO EUGENIO LEITE FERREIRA NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
	6	ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
	7	BENEDITO VEMÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR	SINDOJUS	
	8	BRUNO MEDRADO DOS SANTOS	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
	9	CAMILO DE SOUSA AMARAL	SUPLENTE	ASTAJ	
	10	CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
	11	CLEBERSON SANTANA DE ARAUJO	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
	12	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
	13	DIEGO WINDSOR DE SOUSA BARBOSA FELIPE BELO	TITULAR	ELEIÇÃO	
	14	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
	15	FABIO BRITO DE FARIA	TITULAR	ELEIÇÃO	
	16	FABIO JOSE DE LIMA CHAGAS IRMÃO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
	17	FALKANDRE DE SOUSA QUEIROZ	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
	18	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	TITULAR	ELEIÇÃO	
	19	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	TITULAR	AMPB	
	20	GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
	21	HIGOR RODRIGUES LEAL	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
	22	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	TITULAR	SINJEP	
	23	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR	ELEIÇÃO	
	24	LEANDRO DOS SANTOS	TITULAR	AMPB	
	25	MARCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU  
2º REUNIÃO ORDINÁRIA - 14/08/2017 - 09h às 11h  
LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		CARGO	CATEGORIA	ASSINATURA	
2º GRAU	26	MARISA ALVES TOSCANO DE BRITO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
	27	PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO RANGEL	TITULAR	ELEIÇÃO	
	28	PERILO RODRIGUES DE LUCENA	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
	29	PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR	SUPLENTE	AMPB	
	30	ROBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
	31	RODRIGO MARQUES SILVA LIMA	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
	32	SILAS NERI CARLOS	SUPLENTE	ELEIÇÃO	

Legenda:

MEMBRO TITULAR  
MEMBRO SUPLENTE